



EDITORIAL

NOTÍCIAS

Férias - contra ventos e marés...

Quando exercia a minha profissão, chegado o mês de Julho, ansiava por uma semana de praia e o resto das férias para descansar de um ano de trabalho. Na época, pensava eu que, quando me reformasse, podia gozar férias em qualquer altura do ano e que teria muito tempo para descansar... Como estava enganada! Quantos Amigos e Amigas reformados, se solicitados para qualquer actividade respondem que “não têm tempo”! A verdade é que o tempo se esgota em numerosas tarefas que os mais velhos assumem, ou voluntariamente ou porque não têm alternativa. Quem tem netos e vive perto deles, passa o dia numa roda viva para os levar e ir buscar à escola e levar a outras actividades; quem tem filhos a viver consigo tem todas as tarefas acrescidas que um ou mais adultos exigem; quem faz voluntariado tem os horários que necessita cumprir; quem é cuidador informal tem o tempo todo dedicado à pessoa cuidada; quem não recebe a pensão que lhe permita ter uma vida com um mínimo de dignidade, tem de procurar emprego/ tarefas que possam garantir um complemento para a reforma... enfim, um sem número de actividades que permitem afirmar que os mais velhos são produtivos, embora a sua produtividade não seja reconhecida por muitos.

Este ano aumenta o número de reformados que não podem gozar uma semana de férias, não porque não tivessem tempo ou vontade mas porque o aumento brutal do custo de vida lhes retira essa possibilidade. O “aumento” das pensões previsto no OE 2022 é manifestamente insuficiente para fazer face ao valor da inflação. Quer o aumento de 10 Euro para as pensões até 1108 Euro, quer a “esmola” de 60 Euro para as famílias mais carenciadas, não suportam a diferença de preços que se tem vindo a verificar. Os 60 Euro são pagos uma só vez, a umas famílias em Julho e a outras em Agosto. Em Julho é pago às pessoas que são beneficiárias da tarifa social de

energia, em Agosto às que, tendo prestações mínimas, não são beneficiárias da tarifa social de energia. Este apoio destinado a compensar a subida do preço dos alimentos é “para cobrir três meses”!!!

Os/as pensionistas da classe média cada vez se encontram mais longe de conseguirem acompanhar os efeitos da inflação, uma vez que os dois ou três “aumentos” que tiveram em mais de uma década foram sempre muito abaixo da inflação. **Portugal é um dos países da Zona Euro com menores salários e mais baixas pensões e com uma das maiores cargas fiscais.**

Anuncia agora o Governo que, em 2023, vai haver “o maior aumento em décadas” uma vez que será superior à inflação. Ainda soava nos ouvidos este anúncio e já surgiam recomendações do FMI, como “garantir maior sustentabilidade da Segurança Social”, “limitar a antecipação da idade da reforma”, “abolir os regimes especiais de reforma antecipada para grupos específicos”, “travar o valor das reformas mais altas”, ...! Em nota de rodapé, o FMI lembra que Portugal tem um dos regimes de pensões mais generosos da OCDE! (jornal Expresso, 5 de Julho).

A APRe! tem defendido desde sempre uma diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social de modo a garantir a sustentabilidade da mesma e não aceita qualquer perspectiva punitiva que ponha em causa a valorização das pensões. Resistiremos.

Boas férias, na medida do possível, e em Setembro retomaremos este contacto mensal através das “Notícias APRe!”.

Maria do Rosário Gama

Plenário do Conselho Económico e Social - CES



O Plenário do Conselho Económico e Social (CES) reuniu a 18 de Julho na Sala do Senado da Assembleia da República.

Da Ordem de Trabalhos salienta-se a apreciação e votação do Parecer sobre o Plano Nacional de Reformas – PNR 2022. O Parecer sublinha a vantagem de que consultas desta natureza tenham lugar em fase anterior da preparação do Plano; recomenda, ainda, maior ambição na implementação de reformas no domínio da justiça, da fiscalidade, da sustentabilidade da Segurança Social, na modernização e capacitação do Estado e alerta para a excessiva dependência do investimento público dos Fundos Europeus. O CES entende que o documento apresenta limitações no plano estratégico e faz uma chamada de atenção especial para o desafio da demografia.

Foi depois aprovado o orçamento do CES para 2022 e teve lugar a discussão e aprovação do plano de actividades para 2022 que prevê continuar a dedicar especial atenção às questões ligadas ao crescimento da economia, à evolução demográfica e ao acompanhamento da aplicação dos fundos europeus.

O CES desenvolve a sua actividade em três áreas chave: a consulta, a concertação e a arbitragem.

Na área da consulta, pretende-se consolidar o trabalho das três Comissões Especializadas; em 2021 foram criados três grupos de trabalho (um por cada Comissão Especializada). A APRe! participou no único que concluiu os seus trabalhos com a emissão de um parecer de iniciativa própria sobre a Situação Demográfica em Portugal.

No debate que se seguiu, o representante da APRe! teve a oportunidade de salientar a importância do contributo das gerações mais velhas para a sociedade através do seu trabalho que, muitas vezes, mantêm após a reforma em regime *pro bono*, do voluntariado que asseguram, do apoio que prestam na logística familiar de filhos e netos.

Esse contributo é geralmente esquecido ou subvalorizado, perspectiva a alterar profundamente numa sociedade que se pretende justa, equilibrada e inclusiva.

António Correia
(Representante da APRe! no CES)

Reunião do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)



Em reunião do passado dia 20 de Julho, o Conselho Consultivo do IGFSS tinha na agenda a apreciação e emissão de parecer sobre a conta da Segurança Social de 2021 e sobre o relatório de actividades do mesmo ano.

A apresentação da conta de 2021 esteve a cargo de Nuno Santos, Vice-Presidente do Conselho Directivo do IGFSS, que destacou o saldo de 2328 M€ resultante das receitas e despesas efectivas. Mantém-se, assim, o desempenho positivo do sistema de segurança social no campo financeiro, assegurando a melhoria da sustentabilidade do sistema; segundo o respectivo orçamento para o ano corrente, num cenário de ausência de receita, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) garante 22,3 meses de despesa com pensões, uma melhoria em relação aos 18,03 meses assinalados na conta de 2020.

Teresa Fernandes, Presidente do Conselho Directivo do IGFSS, apresentou o relatório de actividades em 2021

realçando o desempenho verificado durante o ano, designadamente na redução da dívida e na gestão financeira das aplicações cuja rentabilidade média suplantou em 55 pp o valor médio do mercado.

Face a este enquadramento positivo apesar do período difícil que se atravessou nestes anos de pandemia e tendo em conta o súbito e forte agravamento da inflação, o representante da APRe! defendeu que se justificava este ano uma compensação adicional em reforço da actualização das pensões que resulta da aplicação da actual legislação.

Quanto às actividades da instituição, Teresa Fernandes assinalou estarem na fase final de preparação e implementação as alterações visando facilitar o pagamento das pensões através de “cartão pré-pago” e de transferência pelo IBAN.

António Correia
(Representante da APRe! no C. C. do IGFSS)

ANUNCIADAS ELEIÇÕES

em reunião do CGS com

Secretária de Estado da Administração Pública

O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE tem **nove** representantes dos beneficiários: **três** em representação de sindicatos, **dois** em representação de associações de reformados, sendo um deles a APRe!, e **quatro** eleitos diretamente pelos beneficiários.

A eleição destes quatro elementos realizou-se em 2017 para um mandato de três anos, pelo que deveria ter ocorrido nova eleição em 2020. A pandemia e a alteração de governo têm sido motivos invocados, quanto a nós sem fundamento, para este atraso.

Em reunião com o CGS, no dia 28 do passado mês de junho, a Secretária de Estado da Administração Pública, com a tutela da ADSE, anunciou que **as eleições deverão realizar-se em novembro próximo**, estando em consulta pública a proposta de Portaria que estabelece o Regulamento Eleitoral e que foi submetida pelo Governo a parecer do CGS. A principal preocupação que aí manifestamos foi a de que tudo deverá ser feito para que o processo eleitoral seja amplamente participado e decorra de forma democrática. A eleição deverá ocorrer presencialmente em todos os distritos, por correspondência e, ainda, eletronicamente.

Será desejável que os associados da APRe! que são beneficiários da ADSE se mobilizem e participem massivamente e se empenhem a incentivar à participação outros beneficiários, seus amigos ou familiares. A baixíssima taxa de participação registada no último ato eleitoral não deve repetir-se.

A ADSE constitui um sistema complementar ao SNS que comporta importante apoio a quem, ao longo de tantos anos, descontou uma parte do seu salário e espera ter um acesso vitalício e solidário que defendemos de forma intransigente. Importa, assim, que as convenções sejam generalizadas a todo o território nacional, que as diversas especialidades médicas estejam disponíveis em boas condições de acesso, tal como as modernas tecnologias e os novos tratamentos, de acordo com as necessidades dos beneficiários.

A APRe! está atenta às dificuldades sentidas no **acesso a algumas especialidades**, principalmente fora dos grandes centros, como Lisboa, Porto e Coimbra, e vai continuar a bater-se pelas melhorias contínuas do sistema no **regime convencionado**, por ser o que melhor defende os beneficiários. Quanto ao **regime livre**, cuja revisão vai iniciar-se, defendemos o aumento da comparticipação em algumas áreas como o apoio à visão (óculos), a medicina dentária, as consultas de especialidade, o acesso a nutricionistas (que já consta no regime convencionado) e outras.

TEMPO DE DESCANSO



Desejamos a quem nos lê que possa usufruir de uma pausa retemperadora, com saúde e boa disposição.

Voltaremos em Setembro.

A equipa das Notícias **APRe!**

A APRe! e a COMUNICAÇÃO SOCIAL

No Jornal da Tarde da RTP 1, de 2 de julho, a APRe! expressou, pela voz de Eduarda Neves, membro da Direção, a indignação provocada pelos inaceitáveis atrasos que continuam a registar-se no processamento de muitas pensões de reforma. O grande número de queixas apresentadas na Provedoria de Justiça foi motivo da reportagem.

O link para a peça do Jornal da Tarde é este:

https://www.rtp.pt/noticias/pais/provedora-da-justica-recebeu-numero-recorde-de-queixa-em-2021_v1416993?fbclid=IwAR37cF2wrFjz9Y0f0dJW8qs7YWog5a5NV4m0bp3_HPMOFEFBgQSkBbGHIGY&fs=e&s=cl



A revista **Sábado** solicitou a Maria do Rosário Gama um depoimento sobre o que espera da nova liderança do maior partido da oposição e publicou-o na edição de 7 de julho.



5 Maria do Rosário Gama Reformada, presidente da Direção da APRe!

Há um setor importante do eleitorado que é sempre preciso atrair e ser agradável – porque tem muito peso. Maria do Rosário Gama, por sinal mais próxima do PS, apela à memória para pedir outro registo: “Montenegro ou qualquer outro, se prosseguir o que se conhece da política que foi praticada e, que se saiba, não deixou de ser defendida pelo respec-

tivo partido, terá a nossa contestação. Apesar de não termos estados de alma em relação às lideranças do PSD ou de outro qualquer partido, não conseguimos esquecer os cortes dos 13º e 14º mês, a contribuição extraordinária de solidariedade, o congelamento dos aumentos das pensões do regime contributivo, a intenção de cortes definitivos no valor de 600 milhões de euros nas pensões...” Para a reformada, o consulado de Montenegro como líder parlamentar

tem ainda outra velha mácula, que não se esquece de apontar: “Também não esquecemos que foi durante a sua liderança parlamentar que os mais velhos foram apelidados de ‘peste grisalha’ por um deputado do PSD e que ninguém, no partido, se demarcou dessa ‘classificação’.” Portanto, vai contar a linguagem, mas sobretudo o conteúdo: “Aguardamos para conhecer as suas políticas sociais, em particular, a sua política na área das pensões.”

A Presidente da Direção da APRe! foi convidada do programa “Praça da Alegria”, da RTP 1, no dia 12 de julho.

O link que dá acesso a essa participação é o seguinte:

Praça da Alegria - 12 jul. - Parte 2 <https://www.rtp.pt/play/p9747/e629088/praca-da-alegria>

(Maria do Rosário Gama aparece logo a seguir à canção que abre esta segunda parte do programa.)



Praça da Alegria está em **RTP1 - Programa Praça da Alegria - Ao Vivo!**

12 de julho às 11:55 · Vila Nova de Gaia

“Os pensionistas e reformados estão com grandes dificuldades em manter o nível de vida por causa da inflação. A nossa amiga Maria do Rosário Gama, presidente da APRe!, veio fazer um balanço deste meio do ano, considerando a situação atual.” (da página da Praça da Alegria no Facebook)

O Presidente do Conselho Fiscal da APRe!, membro do Conselho Económico e Social (CES) em representação da nossa Associação, foi ouvido, a 20 de julho, na Edição da Manhã da **SIC Notícias**, sobre o “aumento extra de 10 €” nas pensões até 2,5 IAS (1108 €). O seu depoimento em direto e a reportagem posterior na **SIC** podem ser visualizados através dos links:

<https://drive.google.com/file/d/1-5LXW-PgWgg5Xm3Ao0xc2qtv-rkcGATL/view?usp=sharing>

https://drive.google.com/file/d/1-1tLYeIknc7nOdpwKMJOzMy1WpkdK_F0/view?usp=sharing

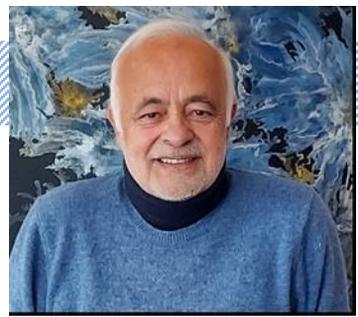


A Presidente da Direção da APRe! foi convidada a participar no Fórum **TSF** a 21 de julho, dia seguinte ao debate sobre o estado da Nação na AR. O tema foi “A ameaça da inflação e a promessa de novas medidas de apoio”.

A participação de Maria do Rosário Gama no programa pode ser ouvida a partir de 01:09:25h no seguinte link:

<https://www.tsf.pt/programa/forum-tsf/emissao/forum-tsf-a-ameaca-da-inflacao-e-a-promessa-de-novas-medidas-de-apoio-15036479.html>





O DIREITO À AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DOS IDOSOS

Autonomia e independência estão interligadas, embora ninguém no mundo seja absolutamente independente, mas possa ser autônomo no que decide e no que faz.

Autonomia do idoso é a sua “decisão”. Independência do idoso é a “realização” das suas decisões. O conceito de “Autonomia” compreende um conjunto de capacidades e direitos: Poder escolher; Capacidade para tomar decisões; Direito a preferências pessoais; Total capacidade jurídica; Controlo de decisões.

Em 16/12/1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução (resolução 46/91) que consigna um conjunto de Princípios das Nações Unidas para o Idoso, sobre “Independência”, “Participação” “Assistência”, “Autorrealização” e “Dignidade”.

Independência é ter acesso à alimentação, água, moradia, a vestuário, à saúde, ter apoio familiar e comunitário; ter oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de rendimento; poder determinar em que momento deverá afastar-se do mercado de trabalho; ter direito a programas de requalificação profissional; poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal; poder viver na sua casa pelo tempo que for viável. Ser independente é ter capacidade de realizar a sua vida diária, poder participar na vida social de acordo com a sua vontade e preferências. Ser independente não significa viver sozinho ou fazer as tarefas domésticas diárias, mas ter o controlo que conduz à sua execução. A maior condição para uma independência é a capacidade financeira para a sua concretização, em que se destaca uma verdadeira e justa política de atribuição de pensões de reforma ou aposentação, permitindo ao idoso a não dependência das ajudas financeiras de familiares chegados (filhos, noras, genros) ou de vizinhos. Ser independente é ter a liberdade de escolher a que horas me deito, a que horas me levanto, o que vou comer, que compras vou efetuar, com quem vou conviver durante o dia ou se opto pelo sossego.

O direito à “Autonomia e Independência” dos idosos é frequentemente ameaçado pelas pressões sociais, familiares e políticas. A continuada atitude do “ageism”, preconceito que visa a discriminação pela idade, contribui decisivamente para a quebra desse direito. O uso inadequado da “Autonomia e Independência” pode conduzir à solidão e ao isolamento com as conseqüentes depressões, perigosas no idoso, levando a atos de desespero fatais. Envelhecimento não cria dependência. Autonomia não diminui com o avanço da idade.

Passar à reforma ou aposentação não anula a autonomia e independência.

O envelhecimento ativo reforça a independência.

Nós, os “velhos”, estamos todos nesta “luta” contra o preconceito de que a idade condiciona os supremos valores da “autonomia e independência”.

Todos temos de ser autônomos e independentes.

Fernando Martins

Associado nº 4



FALARAM EM PRINCÍPIOS?

Nos últimos meses, os reformados, tal como todos os portugueses, começaram a perceber que as suas poupanças e o seu poder de compra tinham levado mais um rombo. Em pouco tempo perdemos mais de 8%.

Tudo isto terá acontecido, explicaram-nos, devido à guerra da Ucrânia e às perturbações na importação de bens essenciais como a energia, os cereais e os fertilizantes, apesar de os cereais continuarem a ser produzidos, o gás e o petróleo a saírem da terra e os fertilizantes a serem produzidos na Rússia, onde nenhuma fábrica foi danificada.

Afinal em boa parte isto resultaria do embargo económico à Rússia, decretado pelos americanos e imediatamente secundado pelos europeus.

Mas se as tais sanções eram dirigidas contra a Rússia, com que rigor foram projectadas para sermos também nós as vítimas?

No essencial ficamos a saber que as sanções eram o preço a pagar pelos ocidentais pela defesa dos seus valores e princípios, prevenindo assim que os mesmos viessem no futuro a soçobrar perante a brutal investida do urso russo. E assim chegamos a algo concreto que nos diz respeito e que podemos com toda a legitimidade discutir.

Começemos pela **violação do Direito Internacional**, violação clara por parte da Rússia ao invadir a Ucrânia; mas se invocamos o Direito Internacional temos de o continuar a invocar e perguntar:

- onde existe no Direito Internacional - DI - alguma norma que legitime a imposição de sanções arbitrárias contra qualquer país? Ao contrário do Direito em que, em tribunal, o mais fraco pode ganhar ao mais forte, pode, no domínio das sanções, um estado pequeno decretar sanções contra um estado forte ou é apenas a força que tenta legitimar-se a si própria?
- onde estava o DI quando da violação dos acordos de Minsk que previam uma autonomia das regiões a leste da Ucrânia, que foi negada quando a Ucrânia revogou a legislação que consagrava essa autonomia?

E **quanto aos princípios** será que defendemos que:

- um negociador ucraniano, Denis Kireev, tenha sido abatido pelos serviços secretos da Ucrânia, que o considerou um espião ao serviço de Moscovo; abatido? Nós ocidentais defendemos a pena de morte? E defendemos julgamentos sumários, sem provas, sem defesa e sem um tribunal para fazer o julgamento?
- que os milionários russos, a quem passaram a distinguir de muitos outros milionários mafiosos chamando-lhes oligarcas, pudessem ser condenados ao confisco de bens, mais uma vez sem acusação, sem provas e sem tribunal, bastando que o seu nome constasse, como no tempo da Inquisição, numa lista elaborada por um qualquer obscuro funcionário americano? Os mesmos milionários que antes recebíamos de braços abertos?

Na defesa da democracia devemos apoiar um governo ucraniano que ilegalizou não um, mas dez partidos da oposição? Que condecorou dirigentes numa força neonazi? Um governo que foi eleito com o patrocínio justamente de um oligarca ucraniano?

A condenação dum mafioso, Putin, não legitima automaticamente qualquer seu adversário, e muito menos o pode erigir em herói a quem tudo se perdoa.

Estamos disponíveis, como sempre estivemos, para nos bater por princípios democráticos e causas justas, mesmo com custos pessoais elevados, mas não para aderir a claques apoiantes da guerra, como se de futebol se tratasse.

O povo ucraniano, usado como para-choques entre duas grandes potências, exige que da nossa parte tudo se faça para acabar com a guerra, e não que continuem a lançar gasolina na fogueira, em nosso nome e à nossa custa; uma fogueira que começa a destruir a própria união europeia, mas que a propaganda emocional tenta esconder. Temos mesmo de defender os bons princípios, e deixarmos de ser apenas exaltados espectadores numa tragédia.

José Cavaleiro

Associado nº 889

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO NORTE

Exposição Frida Kahlo

No dia 28 de Junho, a proposta foi ver a interessante exposição *Frida Kahlo, A Vida de um Ícone*, na Alfândega do Porto.

É uma criação multimédia, entre fotografias históricas e filmes originais. Percorre-se, primeiramente, diversas instalações artísticas e, em seguida, somos imersos num espectáculo audiovisual em 360º, pautado por momentos singulares do percurso pessoal da artista, uma mulher de personalidade forte, com espírito rebelde, singular e fora do seu tempo. A biografia é apresentada sem reprodução de pinturas da artista, com o intuito de dar total destaque à sua experiência de vida.

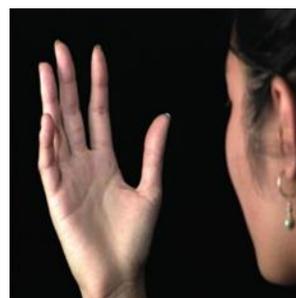


Conversas sobre Arte

A última sessão, antes das férias de Verão, das Conversas sobre Arte aconteceu a 5 de Julho, em regime presencial.

O tema foi o Pós-Modernismo, tendo sido analisada a vídeo-arte de Gary Hill (imagem) e Bill Viola e os percursos individuais de Balthus, Francis Bacon, Lucien Freud, bem como a arte feminista de Judy Chicago.

Como habitualmente, saímos da sessão com um olhar mais informado sobre os movimentos artísticos e a sua contextualização.



Visita guiada à *Oficina da regueifa e do biscoito*



A encerrar as actividades do mês, fomos conhecer a *Oficina da regueifa e do biscoito*, um espaço dedicado à promoção do património cultural através da recolha, preservação e exibição de objectos e memórias ligados à panificação, actividade secular do concelho de Valongo.

Além da visita guiada, também usufruímos de uma experiência interactiva e audiovisual pela história da panificação, recuando no tempo e acordando memórias.

Terminámos o percurso com as mãos na massa literalmente, confeccionando biscoitos que cada um trouxe.

Como provámos e gostámos, fomos à Fábrica Paupério, criada em 1874, para comprar os tão afamados biscoitos.

NÚCLEO DE BRAGA

Visita ao Museu da CP em Lousado

O Núcleo de Braga organizou no passado dia 28 de Junho, uma visita ao Museu da CP em Lousado, que integra a rota "Famalicão Turismo Industrial". "Considerado um dos polos de maior relevância no contexto ferroviário português, a exposição é feita cronologicamente de 1875 a 1965, tendo por objetivo mostrar as suas diversas tipologias". O responsável do Museu guiou-nos através desta história ferroviária.

No mesmo espaço, tivemos a oportunidade de observar uma exposição da artista plástica Adriana Henriques, que nos proporcionou uma viagem artística.

Finalizámos com um almoço num restaurante local.

Foi evidente o agrado dos associados que usufruíram desta iniciativa.



ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DE LISBOA

Recolha de assinaturas

No dia 30 de Junho, alguns associados da **Delegação de Lisboa** e do **Núcleo do Seixal** realizaram, junto das instalações da ADSE na Av. de Roma em Lisboa, uma recolha de assinaturas para a Petição Pública aprovada em Assembleia Geral da APRe! sobre o Subsídio por Morte.



NOTÍCIAS INTERNACIONAIS



Artigo Especial

Conferência Ministerial sobre o Envelhecimento: Os Estados europeus comprometem-se com políticas mais fortes a nível interno e internacional

<https://www.age-platform.eu/special-briefing/ministerial-conference-ageing-european-states-commit-stronger-policies-domestically>

Delegação de membros da AGE Platform Europe na conferência ministerial do MIPAA

-- NOTÍCIAS DA AGE --

Novas tecnologias nos cuidados: oportunidade ou ameaça aos direitos das pessoas mais velhas?

<https://www.age-platform.eu/policy-work/news/new-technology-care-opportunity-or-threat-older-people%E2%80%99s-rights>



A Convenção de Haia sobre a Protecção Internacional dos Adultos não protege os direitos humanos na velhice

<https://www.age-platform.eu/policy-work/news/hague-convention-international-protection-adults-fails-protect-human-rights-old-age>



-- OUTRAS NOTÍCIAS --

O Parlamento Europeu adota resolução para uma acção europeia comum em matéria de cuidados:

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0278_EN.html



VISITE O SITE DA **APRe!**



<https://www.apre-associacaocivica.pt/>

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe - Conselho de Administração
2. OEWSA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://www.apre-associacaocivica.pt/> (Página Oficial da APRe!)

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)

Propriedade/Editor: Direção da APRe!
APRe! Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados
NIPC510435564
R. Jorge Mendes, Lote 1, nº 5 - r/c esq. | 3000-561 Coimbra
Tel. 239704072 | Tlm. 926254700
apre2012@gmail.com